



## UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA Ata da 93ª reunião, realizada em 15 de dezembro de 2015

1 Em 15 de dezembro de 2015, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional  
2 Colegiada do Rio Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de  
3 Política Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram os  
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas,  
5 representante da SEMAD; Jane Terezinha da Costa Pereira Leal, da Secretaria  
6 de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Sônia Maria  
7 Costa Greco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);  
8 Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
9 Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Adenilson Brito  
10 Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Cristina Kistemann Chiodi,  
11 da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Flávio Túlio de Matos Cerqueira  
12 Gomes, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
13 Renováveis (Ibama); Ana Lúcia Guará Bezerra, do Departamento Nacional de  
14 Produção Mineral (DNPM); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação  
15 Mineira de Municípios (AMM); Márcio Alvarenga Miranda, do Comitê da Bacia  
16 Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH Paraopeba) – representantes do poder  
17 público; Paula Meireles Aguiar, da Federação das Indústrias do Estado de  
18 Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da  
19 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Neide Mateus  
20 Rodrigues, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de  
21 Minas (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da Federação das Associações  
22 Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas);  
23 Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado  
24 de Minas Gerais (Sindiextra); Elizabeth Ferreira do Nascimento, do Conselho  
25 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Marco  
26 Antônio da Silva, da Associação Regional de Proteção Ambiental do Alto  
27 Paraopeba e Vale do Piranga (Arpa); Geraldo Antunes da Conceição, do  
28 Instituto Ekos; Cintia Garabini Lages, da Pontifícia Universidade Católica de  
29 Minas Gerais (PUC Minas); Sulamita Moreira Bernardes, do Conselho  
30 Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Brumadinho (Codema) –  
31 representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**  
32 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
33 **ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas declarou aberta a 93ª reunião da  
34 Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba. **3) COMUNICADOS DOS**  
35 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Elizabeth Ferreira do  
36 Nascimento: “Eu gostaria de comunicar que no próximo ano eu não estarei  
37 representando este Conselho, e outro colega vai estar representando o Crea.

38 Agradecer a oportunidade de ter participado nesse período, que foi de grande  
39 aprendizado profissional e pessoal também. E dizer que o Crea vai continuar  
40 se empenhando em contribuir com este Conselho nas questões relacionadas  
41 ao exercício da profissão da engenharia. E já desejar um ótimo ano novo para  
42 todos e que 2016 vocês tenham a oportunidade de realizar ótimos trabalhos.”  
43 Presidente André Luis Ruas: “Conselheira Elizabeth, em nome da SEMAD e da  
44 URC Rio Paraopeba, eu gostaria de agradecer por todo o trabalho realizado  
45 durante esse tempo, pelas contribuições, e desejar um bom ano de 2016  
46 também.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “A minha fala é para  
47 hipotecar total e irrestrito apoio da Faemg à Carta dos Analistas e Gestores  
48 Ambientais da Supram Central, apoio da Faemg e meu, pessoal, e lembrar que  
49 essa questão de condições de trabalho, de condições de vida e tudo o mais  
50 que passa pela questão do servidor público, no Meio Ambiente, é recorrente.  
51 Eu me lembro muito bem de que há uns dez anos, com o secretário José  
52 Carlos Carvalho, que era mais ou menos o queridinho de todo mundo, os  
53 funcionários tinham muitas queixas das condições de trabalho, dos concursos,  
54 do pessoal que entrava e saía. Depois vieram os outros secretários, e virão  
55 mais outros, e nós ficamos pensando até que ponto essa questão ambiental  
56 realmente é uma questão de governo e é de interesse de todo mundo que  
57 ocupa esses altos cargos. Nosso apoio total aos funcionários, aos analistas e  
58 servidores da Supram.” Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição: “Eu  
59 também queria manifestar o apoio irrestrito do instituto com relação à carta  
60 recebida, dos servidores desta Casa, e dizer que realmente nós vemos, às  
61 vezes, notícias com completo desconhecimento técnico da imprensa e com um  
62 sensacionalismo absurdo com relação ao tema técnico. Dizer que a situação de  
63 fraqueza da instituição com relação a infraestrutura, isso é notório, não só aqui,  
64 também em todos os entes administrativos. Mas quero destacar o empenho  
65 que a equipe sempre teve e a maturidade e competência para poder fazer os  
66 seus pareceres técnicos para apresentar a esta Casa para deliberar. Então o  
67 apoio é irrestrito, é geral. E dizer que o Instituto Ekos acompanha e está  
68 sempre ao lado da equipe técnica, como todos nós desta Casa, e dizer que nós  
69 repudiamos essas notícias que não são verídicas e declaramos total apoio aos  
70 servidores técnicos da Supram Central.” Conselheiro Marco Aurélio Moreira:  
71 “Em primeiro lugar, dizer que a Federaminas apoia integralmente as  
72 reivindicações, a posição dos analistas e servidores da SEMAD. Há cerca de  
73 dois, três anos, no primeiro movimento, a Federaminas também manifestou  
74 esse apoio, e continuamos, porque sabemos que é vital para o Estado e para a  
75 sustentabilidade no Estado de Minas Gerais uma equipe qualificada, fortalecida  
76 e com remuneração adequada para todos. No mais, aproveitar o final de ano.  
77 Esta é a última reunião desta URC. Foi um momento de muita dificuldade que  
78 nós vivemos neste ano. Não só a equipe técnica, em função das condições  
79 incompatíveis com a função, uma remuneração até injusta, mas também  
80 momentos de debate, de polêmica, um momento único na história. E é um

81 momento de reflexão. Aproveitar então o final de ano, desejar um bom Natal a  
82 todos, que tenhamos um excepcional 2016, especialmente nas questões  
83 ambientais do Estado de Minas Gerais.” Conselheira Neide Mateus Rodrigues:  
84 “Representando a Fetaemg, eu gostaria de reforçar as falas que já foram feitas  
85 aqui dando o nosso apoio a toda a equipe técnica, analistas, gestores  
86 ambientais. Quando eu comecei a ler aqui essa questão de que há mais de  
87 dois anos vocês têm manifestado diversas vezes junto à Secretaria, através de  
88 memorandos, eu fiquei relembando o meu tempo de analista também. Eu fui  
89 funcionária do IEF de 2000 a 2003, e naquela época, inicialmente, eu fiquei  
90 como analista técnica de processos de licenciamento ambiental da Câmara de  
91 Atividades Agrossilvopastoris, e depois, durante algum tempo, eu fui  
92 coordenadora dessa Câmara. Por diversas vezes, eu fiz inúmeros memorandos  
93 para o diretor-geral do IEF relatando exatamente essa preocupação que vocês  
94 relatam nesse parágrafo, a quantidade de processos acumulados para  
95 licenciamento ambiental, a quantidade de processos que nós recebíamos de  
96 relatórios técnicos de condicionantes. Em diversas vezes em que eu fico aqui  
97 hoje, na função de conselheira, colocando condicionantes, nós ficamos  
98 preocupados sobre qual é a análise desse retorno das condicionantes, quando  
99 os empreendedores trazem esse retorno. Nós sabemos que muitas vezes não  
100 está sendo feita a devida análise e não é por culpa dos analistas. Muito pelo  
101 contrário, nós sabemos da responsabilidade de toda a equipe, mas,  
102 infelizmente, sem condições de trabalho, sem quantidade suficiente de  
103 técnicos, não tem condições de fazer o impossível. Então eu gostaria, em  
104 nome da Fetaemg, de solidarizar com vocês, dar esse apoio total. E nós  
105 ficamos muito tristes em função de todos esses anos, e agora vemos a  
106 aprovação de uma lei de reestruturação, que deveria estar fortalecendo o  
107 sistema, a equipe técnica para análise, mas, infelizmente, tem acontecido o  
108 contrário.” Conselheiro Marco Antônio da Silva: “Nós, há muito tempo, estamos  
109 assistindo esse acúmulo de atribuições, um desdobramento precário de tudo  
110 que passa por aqui, em termos de liberação, de resultado. Nós sabemos que o  
111 interior de Minas não tem sido bem atendido, todo o interior de Minas. Essa  
112 modificação que foi feita, com uma concentração muito forte na capital, tem  
113 provocado um resultado pernicioso naqueles que querem buscar o  
114 licenciamento. Isso dificulta, inclusive, para os órgãos de fiscalização. É preciso  
115 ser feita uma análise, e é preciso que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
116 busque soluções junto ao governador para uma nova articulação no Estado,  
117 que avalie os resultados. Representando a sociedade civil, eu tenho visto que  
118 as pessoas não estão satisfeitas, que a Secretaria tem perdido a credibilidade,  
119 mas eu sei da luta de cada funcionário aqui; nós acompanhamos há muitos  
120 anos. E depende da questão política para mudar essa articulação e dotar as  
121 equipes técnicas, pelo menos, da logística necessária para que possa  
122 desenvolver cada um o seu papel.” Conselheiro Geraldo Antunes da  
123 Conceição: “Eu queria reforçar, senhor presidente, senhores presentes, que

124 nós participamos desse movimento também, porque somos responsáveis tanto  
125 quanto a equipe técnica. Não só dizer aqui que nós estamos juntos para  
126 reconhecer a capacidade, o interesse, o desprendimento, a vontade de  
127 produzir pareceres para poder atender as demandas que são aqui colocadas  
128 junto ao governo de Minas Gerais. Então eu quero aqui falar, com todo respeito  
129 aos meus colegas, que este Conselho, com certeza, faz parte de toda a  
130 reivindicação e de todas as considerações desse texto. E dizer que nós temos  
131 muito orgulho de ter essa equipe aqui conosco, com certeza. São  
132 extremamente profissionais, são pessoas trabalhadoras que mostram toda a  
133 capacidade, com todas as dificuldades que nós entendemos que são inerentes  
134 ao cargo. Não só os gestores, os analistas, a equipe administrativa, todos, o  
135 senhor presidente, todos que estão aqui, regularmente, acompanhando e  
136 presenciando todos os atos administrativos colocados neste Conselho.  
137 Registrar, mais uma vez, o nosso total apoio.” Conselheira Cristina Kistemann  
138 Chiodi: “O Ministério Público já manifestou também o apoio aos analistas do  
139 Sisema, aos servidores do Sisema, nas outras oportunidades em que houve  
140 manifestações, e uma questão que eu acho que é muito importante e que está  
141 sendo colocada na carta é justamente o retrocesso pela recente aprovação do  
142 projeto de lei que faz uma alteração estrutural enorme no Sisema, aumentando  
143 ainda mais a responsabilidade dos técnicos, reduzindo estrutura. De fato, o  
144 projeto tramitou muito rapidamente e talvez não tenha nem havido  
145 oportunidade de os servidores fazerem esse tipo de debate aqui ou trazer essa  
146 questão antes. Mas nós sabemos que, ao longo da tramitação, diversos  
147 servidores procuraram outras instituições pedindo esse apoio para que não  
148 houvesse esse retrocesso. Porque, se já havia um quadro caótico no Sisema, a  
149 expectativa é de que ele se agrave. Então o que nós trazemos é um  
150 questionamento: o que vai acontecer a partir do ano que vem, quando essas  
151 mudanças forem efetivadas? Nós vemos isso com muita preocupação mesmo,  
152 e esperamos que a operacionalização desse projeto de lei não traga tantos  
153 prejuízos quanto aparentemente vai trazer.” Luan, da Supram Central  
154 Metropolitana: “Eu queria agradecer, em nome dos colegas, a manifestação  
155 solidária dos conselheiros em relação ao conteúdo dessa carta. Vou lê-la então  
156 para que os demais tenham conhecimento. ‘Carta dos Analistas e Gestores  
157 Ambientais da Superintendência Regional de Regularização Ambiental –  
158 Supram Central Metropolitana ao Conselho Estadual de Política Ambiental  
159 (COPAM) e à sociedade mineira. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2015.  
160 Prezados senhores, no dia 5 de novembro de 2015, presenciamos um dos  
161 maiores acidentes ambientais do Brasil e do mundo com o rompimento da  
162 barragem de rejeitos Fundão, da Samarco Mineração, despejando lama sobre  
163 o distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, e no rio Doce. Nós,  
164 servidores estaduais de Meio Ambiente, gestores e analistas ambientais da  
165 Supram Central Metropolitana, gostaríamos de manifestar nossa indignação e  
166 repúdio à notícia veiculada em algumas matérias jornalísticas atribuindo

167 responsabilidade pelo rompimento da barragem de Fundão aos servidores que  
168 trabalharam na análise dos processos de licenciamento das três barragens. O  
169 que queremos explicitar por esta carta são as reais condições de trabalho e de  
170 infraestrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
171 (Sisema) para lidar com a regularização ambiental, tendo em vista o total  
172 desconhecimento da imprensa e da sociedade a respeito do assunto. Há mais  
173 de dois anos temos manifestado, por diversas vezes, junto à Secretaria de  
174 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), a  
175 criticidade dessas condições, por meio de memorandos (Memos nºs 101, 127 e  
176 146/2015) e de correspondências eletrônicas, registrando o volume de cerca de  
177 900 processos de licenciamento ambiental em trâmite nesta Supram e a falta  
178 de pessoal de forma geral e em determinadas formações, especificamente.  
179 Apenas para exemplificar, o resultado da Força-Tarefa (Resolução Conjunta  
180 SEMAD/IEF/FEAM/IGAM nº 2288, de 7/8/2015, registrou um passivo de 2.700  
181 processos de licenciamento, sendo que, desses, um terço é da Supram Central  
182 Metropolitana. Acumulamos na Supram uma quantidade de funções que vão  
183 além da elaboração de Pareceres Únicos. Por exemplo, a etapa crucial de  
184 avaliação de desempenho e qualidade ambiental do empreendimento, por meio  
185 do cumprimento das condicionantes, fica dificultada nesse contexto de acúmulo  
186 de atribuições. Assim, após a concessão de cada licença ambiental, um rol  
187 maior de condicionantes precisa ser acompanhado por cada servidor, o que é  
188 humanamente impossível nas precárias condições vigentes de trabalho. Faltam  
189 equipamentos básicos para o desenvolvimento das atividades, como  
190 computadores, GPS, veículos, softwares licenciados, Equipamentos de  
191 Proteção Individual (EPIs); faltam treinamentos e aperfeiçoamentos nas  
192 diferentes especialidades da regularização ambiental. O último treinamento  
193 institucional sobre como trabalhar o processo de licenciamento ambiental  
194 ocorreu em 2007 – Análise Interdisciplinar de Processos de Regularização  
195 (AIPRA). Ressaltamos que a Operação Padrão, que durou entre agosto/2014 e  
196 abril/2015, teve por objetivo a legítima luta, de nós servidores, por melhorias  
197 não apenas nas condições de trabalho e de remuneração, mas também por  
198 melhor infraestrutura, treinamentos, procedimentos, dentre outros. Destacamos  
199 que, durante o Movimento, continuamos executando nossos trabalhos de  
200 fiscalização, de atendimento às demandas do Ministério Público e de demais  
201 órgãos de controle, análise de processos de auto de infração e de cumprimento  
202 de condicionantes, dentro das possibilidades dessa reduzida equipe. Sobre a  
203 Operação Padrão, essa não foi responsável pelo atraso na análise dos  
204 processos de revalidação das Licenças de Operação das barragens Santarém  
205 e Germano, uma vez que a situação caótica pela qual passa o órgão  
206 atualmente já era vislumbrada e fazia sentir os seus efeitos desde muitos anos,  
207 o que, frise-se, foi o principal motivo para a eclosão daquele Movimento. Vale  
208 registrar que, da pauta de reivindicações, poucas foram atendidas, não  
209 resultando em melhorias nas condições de trabalho e de infraestrutura.

210 Registramos ainda que o concurso público realizado em 2013 foi resultado da  
211 reivindicação dos servidores na Operação Padrão de 2011. Contudo, não foi  
212 suficiente para suprir a demanda represada nesta Superintendência, inclusive  
213 de processos que aguardam, há anos, análise. O concurso levou à posse, no  
214 decorrer de 2014 e de 2015, de vários novos servidores sem que houvesse  
215 qualquer capacitação ou treinamento institucional, delegando de imediato aos  
216 mesmos, quotidianamente, diversas demandas de grande complexidade e  
217 responsabilidade técnica e jurídica. E esses concursados não aumentaram o  
218 número total de analistas, mas, sim, substituíram os contratados que saíram  
219 em abril/2014. Afirmamos, com convicção, que nós, analistas e gestores  
220 ambientais, atuamos rigorosamente no cumprimento da legislação ambiental e  
221 dos procedimentos estabelecidos pela Subsecretaria de Gestão e  
222 Regularização Ambiental da SEMAD, e buscamos sempre a troca de  
223 informações, reflexão crítica e aperfeiçoamento dos nossos trabalhos, dentro  
224 do compromisso de atuarmos em prol da proteção do meio ambiente para as  
225 atuais e futuras gerações. No caso específico do rompimento da barragem de  
226 Fundão, fomos demandados por várias instituições que solicitaram acesso aos  
227 processos e cópia dos autos, e nós compreendemos que todo o nosso trabalho  
228 deve mesmo passar pelo crivo de tais entidades. Retomando as notícias  
229 veiculadas pela mídia, uma delas citava que os servidores seriam responsáveis  
230 por terem 'concedido' as licenças para as barragens. A ignorância sobre a  
231 distribuição de competências é notória. Os servidores das Suprams têm as  
232 atribuições de fiscalizar denúncias e o cumprimento de condicionantes, analisar  
233 planos de recuperação de áreas degradadas, analisar estudos espeleológicos  
234 para intervenção em cavidades, avaliar os impactos ambientais de um projeto,  
235 seus controles ambientais e monitoramentos e elaborar o Parecer Único  
236 opinativo, baseado nos estudos e projetos apresentados. Para esses estudos e  
237 projetos, o empreendedor e sua equipe firmam Anotação de Responsabilidade  
238 Técnica (ART), assumindo junto ao Conselho Regional de Engenharia e  
239 Agronomia (Crea) e à sociedade a responsabilidade técnica por seu projeto e  
240 obras executadas. Ao COPAM, nos termos do Decreto nº 44.667/2007, em seu  
241 Art. 4º, inciso VIII, cabe a competência de licenciar ou autorizar a viabilidade, a  
242 implantação e a operação de atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou  
243 degradadora do meio ambiente, tendo amplo e total acesso ao processo,  
244 emitindo relatório de vista e apresentando condicionantes. Além disso, há,  
245 inclusive, um membro representante do Crea, que faz esse importante papel de  
246 acompanhamento das ARTs. A FEAM, de acordo com as Deliberações  
247 Normativas COPAM nºs 62/2002 e 87/2005, tem a função de fiscalizar a  
248 Gestão de Barragens e a Declaração de Estabilidade de Barragens, com  
249 cadastro no Banco de Declarações Ambientais (BDA), de acordo com a DN nº  
250 124/2008. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), conforme a  
251 Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei Federal nº 12.334/2010),  
252 tem as atribuições de realizar o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração,

253 de fiscalizar e aprovar o Plano de Segurança de Barragem, a Revisão  
254 Periódica de Segurança e Inspeções Regulares e Especiais de Segurança das  
255 Barragens de Mineração. Estudos esses que deverão ser elaborados por  
256 responsável técnico com registro no Crea. Portanto, todos os órgãos têm  
257 atribuições e competências, e é, no mínimo, injusto responsabilizar os  
258 servidores das Suprams por falhas no processo regulatório. Assim sendo,  
259 corroboramos as reivindicações dos colegas servidores do DNPM, cuja  
260 associação também lançou manifesto expondo o sucateamento que ocorre  
261 naquele órgão. Manifestamos ainda nossa posição contrária à retirada dos  
262 processos Classes 3 e 4 da deliberação do COPAM, conforme prevê o Projeto  
263 de Lei nº 2.946/2015, pois este Conselho é, absolutamente, o aspecto mais  
264 democrático do nosso Sistema Estadual de Meio Ambiente. Lembramos aos  
265 senhores que, enquanto esse PL nº 2.946 foi aprovado, rapidamente na  
266 Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), existe o PL nº 579/2011, que  
267 está em trâmite na ALMG desde 2011 e visa estabelecer as diretrizes de  
268 segurança de barragens e adequar a legislação estadual à Política Nacional de  
269 Segurança de Barragens, ainda sem apreciação do Plenário. O Projeto de Lei  
270 aprovado traz mais responsabilidade para os servidores, e assim fica o  
271 questionamento sobre quais as ações que o Estado fará para equipar e  
272 preparar os órgãos ambientais, visando à garantia da análise segura e  
273 responsável no campo do meio ambiente, tão importante para a sociedade, tal  
274 como prevê a Constituição da República. Obrigado pela atenção. Assinado:  
275 Servidores Estaduais de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.”  
276 Presidente André Luis Ruas: “Eu queria agradecer a equipe da Supram pela  
277 leitura do manifesto. Como eu fui analista ambiental, durante muitos anos, aqui  
278 da Supram, eu tenho propriedade para falar que eu sou testemunha de tudo o  
279 que eles relataram das condições de trabalho. É a realidade. Questão  
280 estrutural, questão da demanda sobre a equipe, questão de capacitação e  
281 questão da falta de treinamento, infelizmente, isso é uma constante, não  
282 somente da gestão atual, isso é uma constante durante várias gestões que  
283 passaram por aqui. É um problema de governo, não é nem problema de qual é  
284 a gestão e de qual partido está no governo atualmente. Assim como a própria  
285 conselheira Neide, eu entrei no Sisema em 2001, então posso falar que eu  
286 também sou um servidor antigo, e essa questão de falta de capacitação, de  
287 falta de treinamento, da demanda, isso é uma constante ao longo dos anos.  
288 Não só da gestão atual, mas de todas as gestões anteriores que nós tivemos  
289 ou pelo menos das gestões de que eu pude participar. Então eu queria ratificar  
290 aqui o manifesto lido pela equipe da Supram, falar que eu concordo  
291 plenamente com tudo o que foi escrito, porque eu sou testemunha do trabalho  
292 que eles vêm exercendo ao longo dos anos, apesar de todas as dificuldades  
293 que a equipe tem. Mesmo na questão da rotatividade da equipe. Nós temos  
294 uma rotatividade grande, em função dos baixos salários, mas eu queria falar  
295 que, graças a Deus, pelo menos a equipe que nós temos hoje é de excelência.

296 Por mais que tenhamos todas as dificuldades, até falta de capacitação, tem  
297 profissionais excelentes e qualificados aqui no Sisema, que infelizmente nós  
298 acabamos perdendo, por questões estruturais, questão de programa de  
299 governo, talvez, por assim dizer, por questão de valorização dos servidores.  
300 Então eu só queria deixar registrado que eu concordo e assino embaixo com o  
301 manifesto deles, porque eu sou testemunha exatamente tudo o que eles  
302 relataram aqui, e que essa questão é antiga e realmente merece maior  
303 atenção, principalmente em face de tudo o que aconteceu neste ano, da força-  
304 tarefa que foi criada pelo governo, em março, deste ano, para tratar da questão  
305 do licenciamento, por conta do grande acúmulo de processos que tem em  
306 análise aqui, por conta da tragédia que aconteceu em Mariana também, que  
307 trouxe ao foco a questão ambiental. Infelizmente, demonstrou que a nossa  
308 capacidade do Sisema como um todo é aquém do esperado, mas por questões  
309 que fogem dos funcionários da Casa. São questões maiores de governo. Então  
310 ratifico aqui todo o manifesto que foi lido pelos servidores. Como eu disse, eu  
311 tenho propriedade para falar porque sou testemunha de tudo o que eles  
312 falaram. Estão relatando apenas a verdade.” Conselheiro Carlos Alberto Santos  
313 Oliveira: “Nós tivemos a leitura da carta, e eu estou querendo falar, presidente,  
314 conselheiros: a fria em que nós estamos enquanto conselheiros aqui. Eu tenho  
315 plena confiança na dedicação dos funcionários, dos servidores, na vontade que  
316 eles têm de trabalhar, mas me chamaram a atenção duas coisas. Eu queria  
317 chamar a atenção pelo conjunto de fatos que, nessa questão ambiental, estão  
318 perturbando, tudo isso que está acontecendo. E nós somos participantes disso.  
319 Aqui está falando que os funcionários que entraram mediante concurso não  
320 passaram pela menor que seja capacitação para enfrentar os processos. Isso é  
321 de uma gravidade extrema. Se tem governador que entra, mas entra para falar  
322 do passado. E outra coisa aqui também: a nossa gloriosa Assembleia  
323 Legislativa. Aqui está falando que o PL 2.946, que a Faemg apoiou, já foi  
324 aprovado, e que o 579, em trâmite desde 2011, que visa estabelecer as  
325 diretrizes de segurança de barragens e adequar a legislação estadual à política  
326 de segurança de barragens, ainda está sem apreciação pelo Plenário. E cada  
327 parágrafo, cada linha dessa carta, tem uma acusação da mais alta gravidade. E  
328 eu fico preocupado, como conselheiro, eu não dou conta de saber aonde vou  
329 reclamar, eu não dou conta de saber o que vou fazer.” Conselheira Neide  
330 Mateus Rodrigues: “Só mais uma vez, registrar o apoio da Fetaemg aos  
331 analistas, após a leitura da carta. Eu também queria destacar dois pontos  
332 importantes que eu acho que são de fundamental importância, que são a  
333 capacitação e o treinamento institucional. Vocês relatam que não existem.  
334 Como o presidente já colocou, ele é funcionário antigo na Casa, eu também  
335 falei que fui funcionária do sistema em 2000. Então eu acho que a capacitação  
336 e o treinamento para que nós possamos exercer, com qualidade, o nosso  
337 trabalho são de fundamental importância, e, infelizmente, como já colocado  
338 também pelo presidente, isso não é uma questão só desta gestão, da gestão



339 atual, infelizmente, isso é recorrente, a inexistência dessa capacitação. Quando  
340 eu entrei, em 2000, nós tínhamos essa dificuldade porque, realmente, o órgão  
341 não tinha nenhuma capacitação e nenhum treinamento para trabalharmos com  
342 licenciamento ambiental, qual era o impacto ambiental. E quando eu entrei  
343 tinha acabado de repassar para o Instituto Estadual de Florestas a  
344 responsabilidade do licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris,  
345 que até então era responsabilidade da FEAM. E foi repassado. Assim como  
346 hoje tem o projeto de lei aprovado, e eles colocam que não tem uma  
347 estruturação para o órgão, naquela época também teve um decreto passando  
348 para outro órgão, e também não houve a menor capacitação dos funcionários  
349 que estavam assumindo uma nova responsabilidade frente ao licenciamento  
350 ambiental daquelas atividades. E isso é uma questão muito preocupante, e,  
351 infelizmente, continua. Desde 2000, ao longo de todo esse tempo, continua  
352 essa ausência de treinamento. Além de o quadro pessoal não ser suficiente,  
353 não tem um treinamento que garantiria essa segurança, como o conselheiro  
354 Carlos Alberto colocou, preocupação da responsabilidade que nós temos,  
355 como conselheiros. Por estarem vindo processos, por não ter qualificação dos  
356 analistas que estão fazendo essa análise, o quanto nós precisamos correr atrás  
357 de uma autocapacitação. Porque eu tenho certeza de que todos que estão  
358 aqui, como eu fazia naquela época, fazem uma capacitação de forma  
359 individual, procurando se capacitar. Mesmo fora do horário e do ambiente de  
360 trabalho, nós corremos atrás para ter essa capacitação e dar uma garantia  
361 mínima da segurança dos estudos a serem apresentados, para emitirmos  
362 pareceres técnicos com qualidade.” Conselheiro Flávio Túlio de Matos  
363 Cerqueira Gomes: “Eu gostaria de me solidarizar com a carta dos analistas da  
364 Supram. Eu acho muito importante essa manifestação, diante de tudo o que  
365 aconteceu neste ano, e também nós estamos vivendo uma fase em que o  
366 processo de licenciamento ambiental tem sido bastante questionado. A questão  
367 do licenciamento em três fases, muitas reclamações a respeito da demora, da  
368 morosidade do licenciamento. Mas essa questão das condições de trabalho  
369 dos analistas e servidores que trabalham com licenciamento ambiental eu não  
370 estou vendo sendo discutida nesses foros, ou então está sendo discutida e  
371 deixada em segundo plano. Praticamente todos os servidores do Ibama que  
372 fazem parte do COPAM, que são conselheiros, trabalham também com  
373 licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental federal sofre dos mesmos  
374 problemas que foram lidos nessa carta, nós sentimos na pele o que vocês  
375 relataram aqui. E o que nós temos visto, ultimamente, é que os processos de  
376 licenciamento ambiental têm sido questionados, mas essa questão das  
377 condições de trabalho dos servidores é deixada num segundo plano. Vêm  
378 propostas de modelos com apenas uma fase, só Licença Prévia ou não tem  
379 Licença Prévia, algumas coisas assim, mas essa questão dos servidores, das  
380 condições de trabalho, não é abordada. Eu acho que enquanto isso não  
381 funcionar, minimamente, de forma razoável, não tem como questionar a

382 questão do processo de licenciamento em si, a questão de existir três fases de  
383 licenciamento etc. Então eu queria registrar aqui o apoio do Ibama a essa  
384 manifestação dos servidores, e que nós possamos trabalhar juntos, discutir  
385 juntos, não deixar essa questão morrer aqui, e continuar essa discussão a  
386 respeito das condições de trabalho e do licenciamento ambiental como um  
387 todo, futuramente, e tentar nivelar as questões do licenciamento estadual,  
388 federal e municipal.” Conselheira Elizabeth Ferreira do Nascimento: “Na minha  
389 primeira fala, eu ainda não tinha tido a oportunidade de ler a carta. Eu gostaria  
390 de compartilhar o apoio ao relato dos técnicos, e só enfatizar que eu faço parte  
391 da equipe de fiscalização do Crea e sei muito bem das dificuldades de um  
392 órgão fiscalizador. Porque muitas das vezes é muito mais fácil direcionar  
393 responsabilidade para determinada entidade, determinado órgão do que dividir,  
394 compartilhar essas responsabilidades. Muitas das vezes nós somos  
395 questionados, ‘mas o Crea não fiscaliza tal e tal segmento, tal e tal modalidade  
396 da engenharia’... Quantas modalidades nós temos, quantos profissionais? Com  
397 o corpo efetivo que nós temos, não damos conta de fiscalizar tudo.  
398 Gostaríamos muito, mas, infelizmente, não temos condições. Assim como  
399 outros órgãos fiscalizadores têm muita dificuldade também. Então só para  
400 manifestar meu compartilhamento e dar apoio aos técnicos, porque sabemos  
401 muito bem do empenho, da capacitação e das dificuldades que eles sempre  
402 vêm mostrando para nós.” Presidente André Luis Ruas: “Só fazer um adendo à  
403 minha fala, uma coisa importante também para deixar claro. Estabilidade  
404 estrutural da barragem é responsabilidade da empresa. Em nenhum momento  
405 isso é responsabilidade do licenciamento ambiental e muito menos dos  
406 técnicos que fazem a análise do processo de licenciamento. Espero que isso  
407 fique claro para todos.” **4) EXAME DA ATA DA 92ª REUNIÃO.** Ata retirada de  
408 pauta pela Presidência, para complementações solicitadas pelos conselheiros  
409 nesta sessão. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**  
410 **REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 5.1) Alesat Combustíveis**  
411 **S/A. Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis**  
412 **líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis**  
413 **automotivos. Betim/MG. PA 00378/1996/011/2010. Classe: 5.**  
414 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Licença revalidada por  
415 maioria nos termos do Parecer Único, com voto contrário da conselheira  
416 Cristina Kistemann Chiodi e inclusão da seguinte condicionante: “Apresentar  
417 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional de formação  
418 superior na modalidade química como integrante da equipe multidisciplinar  
419 responsável pelos estudos e projetos relacionados ao processo de  
420 licenciamento ambiental. Prazo: 30 (trinta) dias”. Declaração de voto -  
421 Conselheira Cristina Kistemann Chiodi: “É uma revalidação de licença, e, como  
422 foi colocado pelo próprio analista responsável, houve um problema de  
423 desempenho ambiental desse empreendimento durante a validade da LO. Eu  
424 acho até interessantes os gráficos no Parecer Único acerca do percentual de

425 cumprimento, tanto de condicionantes quanto de eficiência do tratamento dos  
426 efluentes, especialmente. É um posicionamento do Ministério Público defender  
427 o indeferimento de revalidações nos casos em que o desempenho ambiental  
428 da empresa não tenha sido bom. Nós entendemos que a revalidação não deve  
429 avaliar apenas a situação do empreendimento no momento da revalidação.  
430 Isso traz uma conduta ruim, por parte de diversos empreendedores, de manter  
431 um desempenho insatisfatório durante toda a validade da licença, e, chegando  
432 perto da data de renovação, são tomadas as providências para cumprimento  
433 de condicionantes, para melhorias das condições do empreendimento, para  
434 cumprimento da legislação. Por essa razão, eu já antecipo que o nosso voto é  
435 pelo indeferimento da revalidação.” Conselheiro Geraldo Antunes da  
436 Conceição: “Eu queria falar exatamente sobre esse ponto. Na página 9 do  
437 adendo, o parecer fala que, ‘tendo em vista que, através de relatório de  
438 levantamento de histórico ambiental apresentado, ressaltando o ponto PM-7, o  
439 qual constatou a inexistência de contaminação no solo e na água, além das  
440 condicionantes supracitadas, pode-se concluir que o empreendimento tem  
441 condições de continuar em operação obtendo assim a renovação da Licença  
442 de Operação... Nos conforta que a nova ETE está em operação, pronta, em  
443 atendimento, e corrige os fatos anteriores elencados. E a fala da consultora,  
444 que diz que houve erros, na verdade, de apresentação de dados. Se isso está  
445 devidamente protocolizado, nós gostaríamos que tivessem essa atenção. Mas  
446 o que nos conforta mais ainda é ter uma nova ETE, dentro dos padrões mais  
447 modernos, e que atenderá, consideravelmente, essa demanda do passado,  
448 que ficou um pouco manchado. Mas nós entendemos que a empresa, com  
449 certeza, deve ter a preocupação para corrigir os erros. E o analista confirmou a  
450 operação. Então isso nos torna confortável para dar encaminhamento ao  
451 procedimento de votação.” Inclusão de condicionante. A inclusão da  
452 condicionante de apresentação de ART de profissional de formação superior na  
453 modalidade química, proposta pela conselheira Elizabeth Ferreira do  
454 Nascimento, foi aprovada por unanimidade, com abstenção do conselheiro  
455 Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes. Declaração de abstenção de voto –  
456 Conselheiro Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes: “Eu prefiro me abster a  
457 respeito dessa questão. Eu acredito que esse assunto de Anotação de  
458 Responsabilidade Técnica é, recorrentemente, discutido em relação ao  
459 processo de licenciamento, até porque envolve vários tipos de profissionais. E  
460 eu senti necessidade de uma discussão maior a respeito disso. Então eu não  
461 me sinto à vontade para votar sobre essa condicionante.” **5.2) Dytech Tecalon**  
462 **Indústria e Comércio de Autopeças S/A. Fabricação de peças e**  
463 **acessórios para veículos rodoviários, ferroviários e aeronaves.**  
464 **Juatuba/MG. PA 00217/1996/005/2010. Classe: 6. Apresentação: Supram**  
465 **Central Metropolitana.** Licença revalidada por maioria nos termos do Parecer  
466 Único, com votos contrários dos conselheiros Cristina Kistemann Chiodi,  
467 Adenilson Brito Ferreira, Neide Mateus Rodrigues, Marco Antônio da Silva e

468 Geraldo Antunes da Conceição, e abstenção da conselheira Elizabeth Ferreira  
469 do Nascimento. Conselheira Cristina Kistemann Chiodi: “Do ponto de vista dos  
470 esclarecimentos de que nós precisávamos, eles foram feitos. A única questão  
471 que permanece não atendida é a apresentação do AVCB. Por se tratar de uma  
472 revalidação, nós entendemos que seria um item indispensável. E por esse  
473 motivo o Ministério Público vai votar pelo indeferimento da revalidação.”  
474 Conselheira Elizabeth Ferreira do Nascimento: “Abstenção em razão da falta  
475 do AVCB, tendo em vista que é uma revalidação.” Conselheiro Adenilson Brito  
476 Ferreira: “Eu corroboro com o Ministério Público.” Conselheira Neide Mateus  
477 Rodrigues: “Em função de já termos votado contrário desde os outros  
478 processos, para manter uma coerência, nós estamos votando contrário em  
479 função da ausência do AVCB.” Conselheiro Marco Antônio da Silva: “Também  
480 voto contrário em razão da ausência do AVCB.” Conselheiro Geraldo Antunes  
481 da Conceição: “Voto contrário também em função da ausência do AVCB em  
482 face até das votações dos processos anteriores.” **6) PROCESSO**  
483 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À REVALIDAÇÃO DA**  
484 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Vallourec Mineração Ltda. Lavra a céu**  
485 **aberto com tratamento a úmido. Extração de minério de ferro.**  
486 **Brumadinho/MG. PA 00012/1988/023/2008, DNPM 8.589/1942. Classe: 6.**  
487 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta  
488 com pedido de vista da conselheira Cristina Kistemann Chiodi e vista conjunta  
489 solicitada pelos conselheiros Francisco de Assis Lafetá Couto, Paula Meireles  
490 Aguiar, Sulamita Moreira Fernandes e Marco Antônio da Silva. A Supram  
491 Central Metropolitana registrou retificação no Parecer Único. Igor Rodrigues da  
492 Costa Porto, da Supram Central Metropolitana: “Sem entrar no mérito, a única  
493 alteração é naquela figura 5. Por erro nosso, nós encaminhamos a figura  
494 errada. É a única coisa, e o resto são coordenadas. Então é a única alteração,  
495 e, quando retornar de vista, nós vamos encaminhar para os conselheiros. É a  
496 figura nº 5 do Parecer Único.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Só para  
497 explicar: não tem como ‘quando retornar de vista’, porque, quando chegar da  
498 vista, vai apresentar e ter que pedir vista de novo.” Presidente André Luis  
499 Ruas: “Eu vou pedir para a secretaria executiva já encaminhar para os e-mails  
500 dos conselheiros imediatamente.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Se não,  
501 vai ser fato novo. Então só pedir o seguinte: tudo o que for, tem que mandar  
502 hoje, porque se não vai chegar de novo e vai mudar. Mesmo que seja um  
503 detalhe, regimentalmente isso demandaria um novo tempo. E eu acho que a  
504 grande preocupação é com o tempo mesmo.” Igor Rodrigues da Costa Porto,  
505 da Supram Central Metropolitana: “No processo, já está a figura correta, e na  
506 verdade hoje mesmo vai ser encaminhada para o e-mail de vocês essa figura.”  
507 Conselheira Cristina Kistemann Chiodi: “Até para evitar algum questionamento  
508 sobre publicidade, eu me comprometo a incluir a figura no nosso parecer de  
509 vista e fazer o esclarecimento da figura correta. E de alguma forma já fica  
510 consignado no parecer de retorno.” Leonardo, representante da Vallourec

511 Mineração: “Só essa simples retificação, como a equipe da Supram disse,  
512 muda totalmente a área de influência, inclusive um consenso a que já se tinha  
513 chegado, anteriormente, com a própria equipe da Supram. Teve reuniões  
514 técnicas nesse sentido. O parecer, do jeito que está hoje, com as coordenadas  
515 e com a figura 5, é o fruto do consenso das últimas reuniões, inclusive reuniões  
516 com a própria Supram. Então essa modificação agora, de última hora, muda  
517 completamente a área de influência. Tem algumas áreas na parte de baixo,  
518 como o dique, que precisam realmente de manutenção. Ou seja, realmente é  
519 uma alteração significativa. E o que a conselheira Paula chamou a atenção  
520 aqui realmente preocupa a empresa, porque realmente, a partir do momento  
521 em que há uma retificação, pode ser considerado fato novo, novamente, e ter  
522 novo pedido de vista. E chamar a atenção dos conselheiros de que a empresa  
523 está embargada desde agosto deste ano. A empresa já fez reuniões, já teve  
524 pedido de vista, já teve reuniões técnicas, inclusive com o próprio Ministério  
525 Público, que está pedindo vista. Sei que é uma prerrogativa da conselheira,  
526 mas a empresa gostaria de sensibilizar. A equipe da Supram está aqui para  
527 discutir o processo, esse processo já foi discutido, já teve apresentação, na  
528 última reunião, em função da baixa em diligência. A equipe da empresa  
529 também está aqui, e a equipe de consultoria também está aqui. Ou seja, se há  
530 alguma dúvida, o empreendedor pede então que a conselheira reveja a postura  
531 e que seja discutida e esclarecida aqui, já que está toda a equipe técnica  
532 disponível para a votação deste processo. E só mais uma coisa: como a  
533 empresa está embargada desde agosto, houve ajuizamento da ação para  
534 discutir o embargo, e há 15 dias o próprio juiz, de ofício, convocou a empresa e  
535 o Estado – a Advocacia Geral do Estado e a Supram – para um possível  
536 acordo. A AGE se manifestou favorável a esse acordo, que era simples:  
537 simplesmente tirar do embargo as infraestruturas necessárias, subestação,  
538 estradas, que, inclusive, não estão dentro da área de influência discutida e  
539 proposta pela própria Supram. Só que o juiz só não homologou em função da  
540 manifestação da Supram afirmando que o processo seria julgado e decidido  
541 hoje. Ou seja, a empresa já tentou em juízo, já teve manifestação no sentido de  
542 que a questão do embargo seria decidida hoje, e não foi discutido, em função,  
543 realmente, da reunião de hoje. E a empresa entendeu, e o juiz entendeu que,  
544 em função desses pedidos de vista anteriores e da baixa em diligência, o  
545 processo seria votado hoje. Então peço aos conselheiros que reanalisem e  
546 vejam a possibilidade de hoje ser discutido e votado o processo.” Fernanda,  
547 representante da Vallourec: “Eu só queria ressaltar que nós estamos com o  
548 acesso precário, porque essas áreas que foram embargadas bloquearam os  
549 nossos acessos. Agora tem o período de chuva, e nós ficamos muito  
550 preocupados com essa questão. E outro ponto que eu já gostaria de destacar,  
551 vendo essa nova proposta que a Supram coloca, é que no meio daquela área  
552 5, no superior da figura, tem uma área de amortecimento, de contenção de  
553 sedimentos, há uma pilha de estéril instalada ali. Então todo o amortecimento

554 dessa área vai culminar para esse dique de contenção que existe ali. Então  
555 realmente nós precisamos conversar sobre isso.” Presidente André Luis Ruas:  
556 “Só questão de ordem de alguns pontos levantados pelo empreendedor.  
557 Primeiro quanto ao pedido de vista: pedido de vista é regimental. Então é  
558 direito da conselheira, e não sei se ela gostaria de se manifestar ou não. Ela  
559 pode manter o pedido de vista, tranquilamente. Pelo que eu entendi, no adendo  
560 que foi pautado, o empreendedor estava de acordo com essa modificação  
561 quanto ao mapa, então parece que vai ter que ter nova discussão. Igor, só uma  
562 dúvida: a retificação é só na figura ou no corpo do adendo também?” Igor  
563 Rodrigues da Costa Porto, da Supram Central Metropolitana: “Contradizendo  
564 totalmente o que foi falado pela empresa, essa proposta é a proposta inicial  
565 apresentada pela Supram no âmbito do Parecer Único de dois meses atrás; da  
566 última. Então, conselheiros, o que foi solicitado, principalmente pelo Francisco,  
567 é que fosse feita uma análise das justificativas técnicas para manter esse  
568 parecer. Então o corpo do texto não tem alteração nenhuma, no corpo do texto  
569 está tudo explicado por que nós mantivemos essa proposta apresentada pela  
570 Supram. A única questão é a figura 5. Tem a questão de coordenadas na  
571 página 22, mas é a figura 5; o corpo do texto é da forma como está. Se os  
572 senhores pegarem o último parecer, nós acatamos algumas sugestões do  
573 empreendedor, mas o principal problema, onde está aquele quadradinho SM-  
574 16, nós mantivemos a proposta da Supram com todas as argumentações  
575 técnicas, para os senhores avaliarem. Em relação à questão judicial, eu acho  
576 até temerário discutir algo sendo que a AGE não está aqui para se manifestar.  
577 É temerário estarmos falando de um posicionamento da AGE.” Presidente  
578 André Luis Ruas: “Quanto à questão judicial, foi feito um acordo entre empresa,  
579 AGE e Supram de que não iria homologar o acordo enquanto não fosse votado.  
580 Como não foi votado, eu entendo que vai voltar às discussões no âmbito  
581 judicial, vai ter que voltar às tratativas.” Leonardo, representante da Vallourec  
582 Mineração: “Presidente, então só a última questão: o parecer não está  
583 exatamente igual ao anterior, há alteração na área de influência, na parte de  
584 baixo, principalmente na parte externa. Antes, a área de influência proposta,  
585 inicial, pela Supram pegava a área de reserva legal e além da propriedade, e  
586 agora não mais. Enfim, realmente é uma nova proposta, completamente  
587 diferente do Parecer 106. Discordo do servidor. Mas, enfim,  
588 independentemente dessa questão, presidente, eu gostaria então de pedir, em  
589 função da urgência, do período de chuvas e que o embargo é desde agosto,  
590 que haja uma reunião extraordinária em janeiro, já que esse processo já foi  
591 pautado, no mínimo, três vezes.” Presidente André Luis Ruas: “Possibilidade  
592 de fazer reunião extraordinária é factível, só que até para marcar uma reunião  
593 extraordinária temos que determinar quanto tempo nós vamos precisar para  
594 fazer essas análises, no caso. Pelo que eu tenho entendido, não é só o pedido  
595 de vista; vai ter que ter nova reunião da Supram com a empresa. A não ser que  
596 a Supram fale: ‘Não temos mais o que discutir’.” Igor Rodrigues da Costa Porto,

597 da Supram Central Metropolitana: “É o que eu falei: nós acatamos algumas  
598 sugestões, inclusive da reserva legal. Só que o principal foco da alteração da  
599 área de influência é lá: SM-16; nós até colocamos o quadradinho. Aquilo nós  
600 mantivemos, é isso que eu estou falando. Eu acho que a Supram, com o  
601 empreendedor, isso já está saturado: tem três meses que nós estamos  
602 discutindo. Então nós temos que levar para os senhores conselheiros para  
603 discutir democraticamente, para ver o que é melhor.” Presidente André Luis  
604 Ruas: “Senhores, o pedido de vista está concedido, a Supram já manifestou  
605 que não vai ser necessário fazer novas reuniões com a empresa, porque já  
606 chegou a um ponto em que não tem mais como ser feita a discussão. A  
607 questão do pedido de reunião extraordinária é possível, só que isso tem que  
608 ser feito diretamente ao presidente, que no caso é o secretário adjunto doutor  
609 Nalton. Então eu recomendo à empresa que faça o pedido diretamente ao  
610 secretário adjunto. Se ele entender que é de direito, nós marcamos uma  
611 reunião extraordinária em janeiro ou tão logo possível.” Leonardo,  
612 representante da Vallourec Mineração: “Eu só peço, presidente, a possibilidade  
613 e o bom senso dos conselheiros em comparecerem. Peço desculpas, eu sei  
614 que janeiro é período de férias, mas, em função da urgência, o  
615 comparecimento dos conselheiros, caso haja.” Conselheiro Francisco de Assis  
616 Lafetá Couto: “Nós já tivemos uma reunião conjunta dos conselheiros do  
617 pedido de vista: Sede, Sindiextra, o próprio Ministério Público, nas pessoas do  
618 doutor Mauro e do doutor Felipe. O pessoal da Supram também participou, e  
619 as empresas consultoras. Nada impede, junto com a empresa e a Supram, de  
620 convocarmos realmente uma reunião conjunta, porque é um assunto realmente  
621 muito difícil, muito técnico, e eu acho de bom alvitre trazermos já um parecer  
622 de vista pelo menos já mais consensado entre os próprios conselheiros,  
623 porque, se for discutir aqui, realmente vai ser complicado. Vou pedir à empresa  
624 que capitaneasse, para fazer uma reunião, chamar os conselheiros que  
625 pediram vista. E a empresa consultora e a própria Supram também que se  
626 dispusessem a participar dessa reunião, de forma a tentarmos chegar a um  
627 consenso nesse assunto.” Conselheira Sônia Maria Costa Greco: “O meu  
628 comentário vai exatamente nesse sentido. Essa reunião proporcionada pela  
629 empresa, com os conselheiros que pediram vista na ocasião anterior, foi  
630 bastante elucidativa. É uma questão bem complexa, polêmica, mas eu tirei  
631 minhas dúvidas, e acredito que todos que estavam lá, inclusive com as  
632 presenças do Ministério Público, dos dois promotores, dos técnicos do  
633 Ministério Público, dos técnicos da empresa. Eu acho que a empresa poderia  
634 fazer no mesmo sentido, inclusive convidar todos os conselheiros, não só os  
635 que pediram vista. A minha sugestão é nesse sentido.” Conselheira Cristina  
636 Kistemann Chiodi: “Claro que nós estamos à disposição para participar de  
637 reuniões a respeito do processo. Eu só acho importante contextualizar esse  
638 caso, porque a impressão que dá é que a empresa está sendo prejudicada  
639 sistematicamente e de forma até injusta, sendo que tudo decorreu de um

640 descumprimento da legislação em agosto deste ano. Não fazem nem seis  
641 meses que foi autuada, que foi constatado um descumprimento, que foi  
642 constatado uma intervenção irregular nessas áreas de influência, e que foi  
643 embargada. É um assunto extremamente complexo, há um número  
644 elevadíssimo de cavernas, são cavernas que têm relevância, inclusive do ponto  
645 de vista de bioespeleologia. Então são questões complexas mesmo. Querer  
646 resolver isso a toque de caixa, em função agora de problemas que estão  
647 ocorrendo em função de uma intervenção que foi feita sem respaldo na  
648 legislação, é complicado. É claro que nós vamos fazer o possível para ter um  
649 resultado e uma proposta o mais rápido possível, mas eu só não quero que  
650 fique parecendo aqui que está havendo algum tipo de conduta questionável por  
651 parte das entidades que estão preocupadas em resolver, em fazer uma  
652 proposta, de fato, protetiva para esse patrimônio espeleológico relevante.”  
653 Leonardo, representante da Vallourec Mineração: “A conselheira disse que as  
654 intervenções foram sem respaldo legal, e a empresa discorda. Todas as  
655 infraestruturas, todas as atividades da empresa foram devidamente licenciadas,  
656 inclusive por este próprio Conselho. Não se sabia da existência das cavidades  
657 anteriormente. Na verdade, o problema é exatamente a falta de previsão legal  
658 de se estabelecer uma regra de transição naqueles empreendimentos já  
659 devidamente licenciados e regularizados antes da legislação sobre cavidades.  
660 Então eu acho que é preciso ter um pouco de cuidado de afirmar que a  
661 empresa teve uma conduta ilegal nesse sentido, sendo que ela sempre buscou  
662 todas as regulamentações. Inclusive hoje, o papel dela. No momento em que  
663 ela buscou a área de influência, ela fez tudo conforme a legislação, buscou  
664 pautar o processo aqui, ou seja, a empresa sempre buscou a sua conduta  
665 conforme a legislação.” Conselheira Sônia Maria Costa Greco: “Em relação ao  
666 comentário da conselheira Cristina, a atividade da empresa é desde o início da  
667 década de 80, devidamente licenciada. Então eu acho que nós temos muito  
668 que discutir mesmo. A equipe técnica apresentou todo o estudo, que foi  
669 inclusive muito participativo, com a presença dos técnicos do Ministério  
670 Público. Chegou-se a um consenso, a reunião foi muito produtiva. Então  
671 realmente eu acho que tem que caminhar nessa linha.” Flávio Túlio de Matos  
672 Cerqueira Gomes: “Eu gostaria de reforçar a necessidade dessa reunião  
673 técnica entre os conselheiros. Analisando o parecer técnico da Supram, eu  
674 teria aqui hoje muitas questões a serem discutidas que poderiam alterar  
675 profundamente a maneira como o empreendimento está sendo conduzido em  
676 relação ao cumprimento da legislação espeleológica. Nós no Ibama temos  
677 trabalhado com outros processos que envolvem cavidades, tanto em Minas  
678 quanto em outros Estados. E recentemente é que os primeiros processos estão  
679 sendo analisados segundo a legislação do Decreto 9.640/2008 e a IN 02 do  
680 Ministério do Meio Ambiente, de relevância de cavidades. Teve uma discussão  
681 muito grande para se chegar a essa instrução normativa, e recentemente é que  
682 os primeiros processos estão sendo conduzidos e realmente avaliando na



683 prática o cumprimento dessa instrução normativa do Ministério do Meio  
684 Ambiente. Então eu teria aqui hoje muitas sugestões a fazer que, no meu  
685 entendimento e com o que nós vimos discutindo – eu discuti disso também com  
686 meus colegas do licenciamento –, poderiam alterar profundamente. Então eu  
687 acho que essa reunião com os técnicos e os conselheiros é fundamental para  
688 chegar a um consenso, porque, se isso for discutido diretamente aqui no  
689 COPAM, eu acho que não vai ser produtivo. Eu acho que carece de uma  
690 discussão técnica mais intensa, antes de vir novamente para o COPAM.”  
691 Conselheira Cristina Kistemann Chiodi: “O que eu disse é que a empresa não  
692 tem respaldo legal para fazer essas intervenções; se tivesse, não teria sido  
693 autuada e embargada. Eu não falei que ela não tinha licença ambiental, eu só  
694 falei que ela não tinha respaldo legal para fazer essas intervenções. Tanto não  
695 tem que foi embargada e foi autuada.” Presidente André Luis Ruas: “Senhores,  
696 então ficou acordado o pedido de vista conjunta, a empresa vai fazer pedido ao  
697 presidente da URC Rio das Velhas, o doutor Nalton, para realização de uma  
698 reunião extraordinária, e vai convidar os conselheiros e a equipe da Supram  
699 para fazer uma discussão antes do retorno de vista.” **7) PROCESSO**  
700 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**  
701 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 7.1) MBL Materiais Básicos Ltda. Lavra**  
702 **a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco. Minério de ferro.**  
703 **Itatiaiuçu/MG. PA 07282/2005/003/2013, DNPM 831.415/2007. Classe: 3.**  
704 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta  
705 com pedido de vista da conselheira Cristina Kistemann Chiodi e vista conjunta  
706 solicitada pelos conselheiros Francisco de Assis Lafetá Couto, Paula Meireles  
707 Aguiar e Sônia Maria Costa Greco. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
708 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) MGV Empreendimentos**  
709 **Imobiliários S/A. Loteamento do solo urbano para fins exclusivo ou**  
710 **predominantemente residenciais. Brumadinho/MG. PA**  
711 **00911/2003/007/2014. Apresentação: Supram Central Metropolitana.**  
712 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. **9)**  
713 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REVALIDAÇÃO DE**  
714 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Ical Energética Ltda. Fazenda do Tronco.**  
715 **Aeroportos, criação de equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos de**  
716 **corte e búfalos de corte extensivo, cultura de cana de açúcar com queima,**  
717 **produção de carvão vegetal, oriunda de floresta nativa, silvicultura.**  
718 **Felixlândia/MG. PA 01467/2007/004/2014. Classe: 5. Apresentação:**  
719 **Supram Central Metropolitana.** Após manifestações do empreendedor nesta  
720 sessão, a área técnica da Supram Central Metropolitana apresentou suas  
721 argumentações e manteve o Parecer Único pelo indeferimento do pedido de  
722 revalidação da Licença de Operação. Considerando a complexidade do  
723 processo, o conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira propôs a baixa em  
724 diligência para os esclarecimentos necessários. O pedido de baixa em  
725 diligência não foi acatado pela Presidência, em função das manifestações da

726 área técnica da Supram. Em seguida, o processo foi retirado de pauta com  
727 pedido de vista do conselheiro Marco Aurélio Moreira e vista conjunta solicitada  
728 pelos conselheiros Geraldo Antunes da Conceição, Carlos Alberto Santos  
729 Oliveira, Paula Meireles Aguiar e Sônia Maria Costa Greco. A Presidência  
730 registrou, a pedido da conselheira Cristina Kistemann Chiodi, que a conselheira  
731 teve que se retirar da reunião durante a discussão do processo, e, portanto,  
732 antes dos encaminhamentos finais que culminaram na retirada de pauta com  
733 os pedidos de vista. Motivações do pedido de vista – Conselheiro Marco  
734 Aurélio Moreira: “Eu creio que a equipe técnica da Supram está correta. Eu  
735 creio que durante quatro anos, certamente, houve alguns equívocos, algumas  
736 incorreções, medidas parcialmente atendidas ou não atendidas. E melhorias  
737 também ocorreram, que não foram constatadas pela equipe técnica da  
738 Supram. Exatamente em função dessa nova situação, para não ter nenhum  
739 prejuízo para a questão ambiental do Estado de Minas Gerais, eu creio que  
740 não geraria nenhum prejuízo para a equipe técnica da Supram. Então eu  
741 pediria vista deste processo. Não estou, de maneira nenhuma, conflitando com  
742 o posicionamento e com o parecer da equipe técnica da Supram, mas estou  
743 muito no rumo da sensatez de uma nova discussão, e até pelo final de ano  
744 também, eu acho que valeria a pena. E retornaria então com o parecer na  
745 próxima reunião da URC.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu não  
746 pretendo sentar e fazer um relatório de vista, diante dessa complexidade que  
747 estou vendo. Espero ter a oportunidade de discutir com a empresa e com a  
748 Supram uma solução negociada, que pode ser, inclusive, o indeferimento.”  
749 Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição: “Eu iria falar exatamente do tempo  
750 de vigência da licença anterior, em função do descumprimento das  
751 condicionantes, se houve o auto de infração para exatamente um procedimento  
752 de fiscalização, para que isso fosse observado lá atrás. Então me chega uma  
753 dúvida. Se houve realmente esses processos de auto infração, em função até  
754 do pedido de vista, nós vamos manusear o processo, e nele eu vou tirar as  
755 minhas dúvidas para poder atentar a esse ponto que estou colocando em  
756 discussão.” **10) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA**  
757 **UNIDADE REGIONAL COLEGIADA RIO PARAOPEBA DO COPAM PARA O**  
758 **ANO DE 2016. Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Aprovada por  
759 unanimidade a agenda anual de reuniões da Unidade Regional Colegiada Rio  
760 Paraopeba para 2016, conforme proposta apresentada pela Supram Central  
761 Metropolitana. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
762 tratados, o presidente André Luis Ruas declarou encerrada a sessão, da qual  
763 foi lavrada esta ata.

---

### APROVAÇÃO DA ATA

---

**Presidente André Luis Ruas**